

FEDERAÇÃO DOS PESCADORES E COLÔNIAS DE MATO GROSSO

Reivindicações dos pescadores profissionais

- Solicitamos que em atendimento ao artigo 20 da Lei de Pesca em vigor, seja retirado da Assembléia Legislativa a proposta de alteração da Lei de Pesca feita pelo CONSEMA para que a mesma seja verdadeiramente discutida com os pescadores profissionais e pela comunidade científica e compatibilizada com a proposta de lei do Deputado Benedito Pinto, esta sim discutida com os pescadores profissionais.
- Que seja criada uma comissão de alto nível formada pela comunidade científica, CONSEMA, FEMA, Secretaria de Agricultura, IBAMA, pescadores profissionais e representantes de ONGs que atuam na área de pesca, para que se possa discutir em nível de excelência e com representatividade social as alterações necessárias para a Política e à Lei de Pesca, para posterior aprovação pelo CONSEMA e envio a Assembléia Legislativa.
- Que o Governo do Estado proceda, juntamente com o IBAMA e com as Universidades e órgãos de pesquisa interessados, as pesquisas científicas na área de pesca, necessárias para que o governo possa tomar decisões corretas e os segmentos envolvidos possam trabalhar também de forma correta.
- Que seja implementada uma política estadual de fomento à pesca através da Secretaria de Agricultura (a política de fomento à pesca é de responsabilidade do Ministério da Agricultura e hoje no estado a Secretaria de Agricultura não tem nenhuma ação na área de pesca)
- Apoio para capacitação dos pescadores e desenvolvimento tecnológico da pesca e do beneficiamento do peixe.
- Que os pescadores sejam considerados pelo governo como possíveis parceiros no processo de elaboração e implantação de uma política de pesca e para a conservação dos rios no Estado.

É importante que o governo perceba que são poucos os itens da atual lei de pesca e da nova proposta elaborada pelo CONSEMA para alteração da lei de pesca que não conta com a aprovação dos pescadores profissionais. Portanto, se houver diálogo, temos grandes chances de chegar a uma proposta de lei que atenda aos interesses do governo, dos pescadores profissionais e da conservação da natureza.

Os itens que queremos discutir com o governo e que consideramos justos e correto para a manutenção de nossa profissão e para a conservação da natureza são os seguintes:

- Que seja alterado o artigo que trata da definição do que é pescador profissional;
- Que seja liberada a tarrafinha de isca para a pesca profissional, item este já incluso nas duas propostas de lei que tramitam na Assembléia Legislativa;
- Que seja incluído a utilização do anzol de galho com 20 anzóis para cada pescador profissional, devidamente identificados para controle da fiscalização;
- Que seja permitido o transporte de até 200 kg de peixe por cada pescador profissional e de 1.000 kg de pescado pelas Colônias de Pescadores Profissionais;

Sugerimos também a inclusão na lei a implantação das reservas pesqueiras em todas as Colônias dentro dos objetivos legais das mesmas, como áreas exclusivas para a pesca profissional, já que está comprovado que as mesmas são formas eficiente de controle contra a pesca predatória e para a conservação da natureza.